

# A categoria de sexo

Monique Wittig

“O’ expressa uma ideia viril. Viril ou pelo menos, masculina. Finalmente uma mulher que admite isso! Quem admite o que? Algo que mulheres sempre estiveram até agora recusando-se a admitir (e hoje em dia muito mais do que antes). Algo que homens sempre estiveram repreendendo: que eles nunca cessaram de obedecer a sua natureza, o chamado de seu sangue, de que tudo nelas, mesmo em suas mentes, é sexo.”

- Jean Paulhan, “Felicidade na Escravidão”)

“O prefácio de O’ para a “História de O’”, por Pauline de Réage: No curso do ano 1838, a ilha pacífica de Barbados estava agitada por uma estranha e sangrenta revolta. Cerca de duas centenas de Negros de ambos sexos, todos os quais haviam sido recentemente emancipados pela Proclamação de Março, vieram uma manhã implorar seu mestre antigo, um certo Glenelg, para tomá-los em servidão... Eu suspeito... que os escravos de Glenelg estavam apaixonados pelo seu mestre, e não podiam suportar estar sem ele.”

— Jean Paulhan, “Happiness in Slavery”

“Por que eu deveria estar me casando? Eu encontro uma suficientemente boa vida como ela está. Para que eu preciso de uma esposa?... E o que é tão bom numa mulher — Uma mulher é uma trabalhadora. Uma mulher é uma serva do homem. — Mas para que eu iria precisar de uma trabalhadora? — É só isso. Vocês gostam de ter alguém para por seus chestnuts fora do fogo.... — Bem, casem-me fora disso, se este é o caso.”

— Ivan Turnev, The Hunting Sketches

A perpetuidade dos sexos e a perpetuidade de escravos e mestres derivam da mesma crença, e, da mesma forma que não há escravos sem mestres, não há mulheres sem homens. A ideologia da diferença sexual funciona como uma censura em nossa cultura ao mascarar naturalizando a oposição social entre homens e mulheres. Masculino/feminino, macho/fêmea são categorias que servem para ocultar o fato de que diferenças sociais sempre pertencem a uma ordem econômica, política, ideológica. Todo sistema de dominação estabelece divisões no nível material e econômico. Além disso, as divisões são abstraídas e transformadas em conceitos, primeiro pelos mestres e depois pelos escravos quando eles se revoltam e começam a lutar. Os mestres explicam e justificam as divisões instituídas como resultado de diferenças naturais. E escravos, quando se revoltam e começam a lutar, lêem oposições sociais nas então chamadas diferenças naturais.

Porque não há sexo. Só há o sexo oprimido e o sexo que oprime. É a opressão que cria o sexo e não o contrário. O contrário seria dizer que o sexo cria a opressão, ou que a causa (origem) da opressão deve ser encontrada no sexo, na divisão natural dos sexos pré-existente a (ou que existe fora da) sociedade.

A primazia da diferença constitui nosso pensamento de tal forma que o impede de olhar para dentro de si mesmo para se questionar, não importa quão necessário esse questionamento seja para apreensão da base daquilo que precisamente o constitui. Apreender uma diferença em termos dialéticos é explicitar os termos contraditórios a serem resolvidos.

Entender a realidade social em termos materialistas dialéticos é apreender as oposições entre classes, termo a termo, e fazê-las se encontrarem sob a mesma cópula (um conflito na ordem social), que é também uma resolução das contradições aparentes (uma abolição na ordem social).

Ao abolir as classes constituindo-as e revelando-as como tais, a luta de classes é precisamente aquilo que resolve as contradições entre duas classes opostas. A luta de classes entre mulheres e homens – que toda mulher deveria empreender – é aquilo que resolve as contradições entre os sexos, ao mesmo tempo compreendendo os sexos e os abolindo. Devemos notar que as contradições sempre pertencem à ordem material. A idéia importante para mim é que antes do conflito (rebelião, luta) não existem categorias de oposição, apenas de diferença. E é somente após a insurgência da luta que a realidade violenta das oposições e a natureza política da diferença se tornam evidentes. Enquanto as oposições (diferenças) aparecerem como dadas, anteriores a qualquer pensamento, “naturais” – enquanto não houver conflito ou luta – não há dialética, não há mudança, nem movimento. O pensamento dominante se recusa a olhar para si mesmo de forma a apreender aquilo que o questiona.

E, de fato, se não existe a luta das mulheres, não existe conflito entre homens e mulheres. As mulheres estão fadadas a realizar três quartos do trabalho da sociedade (tanto no espaço público quanto no privado) além do trabalho corpóreo da reprodução de acordo com a imposição, uma espécie de imposto pré-estabelecido. Ser assassinada, mutilada, torturada e abusada física e mentalmente, ser estuprada, espancada e forçada a casar é o destino das mulheres. E destino, supostamente, não pode ser mudado. As mulheres não sabem que são totalmente dominadas pelos homens, e quando reconhecem esse fato “mal podem acreditar”. E ainda, como último refúgio antes da nua e crua realidade, elas freqüentemente recusam a “acreditar” que homens dominam as mulheres com total consciência (no que se refere à opressão, ela é mais medonha para as oprimidas do que para os opressores). Homens, por outro lado, sabem perfeitamente bem que eles dominam as mulheres (como diria André Breton<sup>1</sup> “Nós somos os mestres das mulheres”) e eles são treinados para fazê-lo. Eles não precisam expressar isso o tempo todo, já que raramente se fala sobre a dominação daquilo que já se possui.

Que pensamento é esse que recusa se reverter, que nunca coloca em questão o que o constitui primordialmente? Esse pensamento é o pensamento dominante.. É o pensamento que afirma que os sexos “sempre existiram”, como se preexistissem a todo pensamento, a toda sociedade. Esse é o pensamento daqueles que legislam sobre as mulheres.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a que detêm a força intelectual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias de sua dominação. (Marx e Engels, A Ideologia Alemã).

Esse pensamento baseado na primazia da diferença é o pensamento da dominação.

A dominação provê mulheres com um conjunto de exigências, inclinações, prioridades que, apesar de serem questionáveis, formam uma construção política enorme, uma rígida rede que afeta tudo, nossos

pensamentos, nossos gestos, nossos atos, nosso trabalho, nossos sentimentos, nossas relações. Consequentemente, a dominação nos amestra a partir de todas as direções: — que existem, antes de todo pensamento, toda sociedade, “sexos” (duas categorias de indivíduos nascidos) com uma diferença constitutiva, uma diferença com consequências ontológicas (esse é a abordagem metafísica), — que existem, antes de todo pensamento ou ordem social, “sexos” com uma diferença “natural” ou “biológica” ou “hormonal” ou “genética” que tem consequências sociológicas (a abordagem científica), — que existem, antes de todo pensamento ou ordem social, uma “divisão natural do trabalho na família”, uma “divisão de trabalho que originalmente não era nada além da divisão do trabalho no ato sexual” (a abordagem marxista).

Independentemente da abordagem, a idéia permanece basicamente a mesma. Os sexos, apesar de sua diferença constitutiva, devem inevitavelmente desenvolver relações de categoria a categoria. Pertencendo a ordem natural, essas relações não podem ser referidas como relações sociais. Esse pensamento é o pensamento de dominação, o pensamento que impregna todos os discursos, inclusive discursos de senso comum (a costela é de Adão ou Adão é, Eva é a costela de Adão). Esse conjunto de discursos é constantemente reforçado em todos os níveis da realidade social e oculta a realidade política da subjugação de um sexo por outro, o caráter compulsório da própria categoria (o que constitui a primeira definição de ser social no status civil). A categoria de sexo não existe a priori, antes de qualquer sociedade. E como uma categoria de dominação ela não pode ser um produto da dominação natural, mas da dominação social das mulheres por homens, porque só existe dominação social.

A categoria de sexo é a categoria política que funda a sociedade como heterossexual. Assim sendo, ela não se refere a seres, mas a relações (uma vez que mulheres e homens são resultado dessas relações), apesar desses dois aspectos sempre se confundirem quando são discutidos. A categoria de sexo é aquela que decreta como “natural” a relação que está na base da sociedade (heterossexual) e através da qual metade da população, as mulheres, são “heterossexualizadas” (a produção de mulheres é como a produção de eunucos, escravidão, criação de animais) e submetidas a uma economia heterossexual.

Porque a categoria de sexo é o produto de uma sociedade heterossexual que impõe às mulheres a obrigação rígida da reprodução da “espécie”, isso é, a reprodução da sociedade heterossexual. A reprodução compulsória da “espécie” pelas mulheres é o sistema de exploração no qual a heterossexualidade se baseia economicamente. É, essencialmente, através da reprodução, esse trabalho, essa produção feita por mulheres, que todo o trabalho feminino é apropriado pelos homens. Poderíamos incluir aqui a apropriação do trabalho que é “naturalmente” associado à reprodução, a criação de crianças e as tarefas domésticas. Essa apropriação do trabalho das mulheres é executada da mesma forma que a apropriação do trabalho da classe trabalhadora pela classe dominante. Não se pode dizer que uma dessas produções (reprodução) é “natural” enquanto a outra é social. Esse argumento é tão somente a justificação teórica, ideológica da opressão, um argumento para fazer mulheres acreditarem que antes da sociedade e em todas as sociedades elas estão sujeitas a essa obrigação de reproduzir-se. Entretanto, assim como não sabemos nada sobre trabalho e sobre produção social fora do contexto da exploração, não sabemos nada sobre a reprodução da sociedade fora de seu contexto de exploração.

A categoria de sexo é o produto de uma sociedade heterossexual na qual homens apropriam-se da reprodução e da produção das mulheres, mas também de seus corpos através de um contrato chamado contrato marital. Compare esse contrato com o que liga um trabalhador a seu empregador. O contrato que amarra a mulher ao homem é em princípio um contrato para a vida toda, que só pode ser quebrado pela própria lei (divórcio). Ele prescreve para a mulher algumas obrigações, inclusive trabalho não remunerado. O trabalho (cuidado da casa, criação de crianças) e as obrigações (ceder sua reprodução em nome de seu marido, coabitação noite e dia, coito forçado, transmissão legal de residência implicada pelo conceito legal de “cessão do domicílio conjugal”) significam em seus próprios termos uma rendição da mulher de sua corporeidade a seu marido. Está implícito na política policial de não intervir quando um marido bate em sua esposa que ela está diretamente sob o domínio dele. A polícia intervém em casos de assalto ou espancamento, quando um cidadão bate em outro cidadão. Mas uma mulher que tenha assinado um contrato marital deixa de ser um cidadão comum (protegido pela lei). A polícia expressa abertamente sua aversão a envolver-se em questões domésticas (opostas a questões civis), onde a autoridade do estado não precisa intervir diretamente uma vez que é substituída pela autoridade do marido. Precisa-se ir a um abrigo de mulheres vítimas de violência para ver até onde essa autoridade pode ser exercida.

A categoria de sexo é o produto de uma sociedade heterossexual que transforma metade da população em seres sexuais, porque sexo é uma categoria da qual mulheres não podem ficar de fora. Onde quer que estejam, o que quer que façam (inclusive trabalho no setor público) elas são vistas como (e tornadas) disponíveis sexualmente para os homens e seus seios, bundas e roupas devem ser visíveis. Elas devem usar sua estrela amarela, seu sorriso constante, dia e noite. Pode-se considerar que toda mulher, casada ou não, tem um período de serviço sexual forçado, um serviço sexual que poderíamos comparar ao serviço militar, e que pode durar um dia, um ano, vinte cinco anos ou mais. Algumas lésbicas e freiras escapam, mas elas são muito poucas, apesar do número vir crescendo. Apesar de serem muito visíveis como seres sexuais, como seres sociais as mulheres são totalmente invisíveis, e por isso devem aparecer o mínimo possível e sempre com alguma desculpa, caso apareçam. Lê-se entrevistas com mulheres de projeção apenas para vê-las se desculparem. E, mesmo hoje, os jornais reportam que “dois estudantes e uma mulher”, “dois advogados e uma mulher”, “três viajantes e uma mulher” foram vistos fazendo isso ou aquilo. Porque a categoria de sexo gruda nas mulheres, porque apenas elas não podem ser pensadas fora dessa categoria. Apenas elas são sexo, o sexo, e sexo que elas fazem em suas mentes, corpos, atos e gestos; até mesmo seus assassinatos e espancamentos são sexuais. De fato, a categoria de sexo é uma prisão estreita para mulheres.

A categoria de sexo é uma categoria totalitária, que para confirmar-se tem suas inquisições, suas cortes, seus tribunais, seu corpo de leis, seus terrores, suas torturas, suas mutilações, suas execuções, sua polícia. Ela engendra a mente tanto quanto ao corpo, uma vez que controla toda produção mental. Ela agarra nossas mentes de tal forma que não podemos pensar fora dela. É por isso que devemos destruí-la e começar a pensar para além dela, se quisermos começar realmente a pensar, do mesmo jeito que temos que destruir os sexos como realidade sociológica se quisermos começar a existir.

A categoria de sexo é a categoria que institui a escravidão para mulheres. Como acontecia para negros escravizados, ela funciona através de uma operação de redução, ao tomar a parte pelo todo – uma parte (cor, sexo) através da qual todo o grupo humano tem que ser esquadrihada. Note que em assuntos

civis a cor tanto quanto o sexo ainda devem ser “declarados”. Entretanto, por causa da abolição da escravidão, a “declaração” da “cor” é agora considerada discriminatória. Mas isso não é verdade para a “declaração” do “sexo” que nem mesmo as mulheres sonham em abolir. Eu digo: já é tempo de fazê-lo.

---

*Texto publicado pela primeira vez em Feminist Issues 2, no. 2 (verão de 1982).*